



Paraná tem autorização para pegar empréstimo de US\$ 350 milhões

Contratação com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento foi aprovada ontem pelo Senado.

Recursos servirão para modernizar a gestão pública e ampliar o acesso ao desenvolvimento humano e econômico. **10**



Senadores debatem matérias em votações no Plenário: recursos para educação e desenvolvimento

Plenário confirma R\$ 1,6 bilhão para financiamento estudantil

Medida provisória que abre crédito extraordinário para fundo do Ministério da Educação foi aprovada pelos

senadores, ampliando o acesso ao ensino superior e atendendo o aumento da demanda verificado nos últimos anos. **11**

Senado fará sessões para debater grandes temas **11**

Congresso homenageia Hugo Chávez com um minuto de silêncio **2**

Congresso deve analisar hoje vetos à Lei dos Royalties



Sessão do Congresso de ontem durou poucos minutos: polêmica adiada

Reunião em que a matéria seria votada, ontem, serviu apenas para a leitura de retificação de um dos vetos feitos pela presidente Dilma

O presidente do Senado, Renan Calheiros, marcou para hoje, às 19h25, reunião do Congresso para analisar os vetos da presidente Dilma à nova Lei dos Royalties. Os estados não produtores querem derrubar os vetos, beneficiando-se com novos critérios de distribuição dos recursos do petróleo. Rio de Janeiro e Espírito Santo, por sua vez, prometem ir ao STF caso os vetos caiam. O presidente da Confederação de Municípios, Paulo Ziulkoski, também defendeu as novas regras em visita ao Senado. **2 e 3**



Luiza Bairros, Eleonora Menicucci, Ana Rita, João Capiberibe e Maria do Rosário durante audiência pública na CDH

Ministras pedem aprovação de projetos a favor das mulheres

Eleonora Menicucci (Políticas para as Mulheres), Luiza Bairros (Igualdade Racial) e Maria do Rosário (Direitos Humanos) participaram de debate. Hoje será entregue o Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz. **6 e 7**

Governadores e ministros debaterão FPE e ICMS no Senado **4**

Sindicatos criticam medida que muda regras dos portos **9**



Empresas que usam energia do mercado livre dizem que, em vez dos 30% de redução anunciados pelo governo, terão apenas 6%, referentes ao custo do transporte

Setor elétrico quer estender benefícios da redução nas tarifas de energia

Comissão encarregada de analisar MP que assegura conta de luz mais barata debateu o assunto. **8**

Entidade de prefeitos pede a Renan derrubada dos vetos aos royalties

Presidente da Confederação Nacional de Municípios disse que queda de vetos garantirá R\$ 4 bilhões extras ao conjunto de cidades

O PRESIDENTE DA Confederação Nacional de Municípios, Paulo Ziulkoski, apresentou ontem ao presidente do Senado, Renan Calheiros, as principais demandas das cidades brasileiras. Segundo Ziulkoski, mais de 4 mil municípios enfrentam dificuldades para equilibrar as contas. Ele pediu que sejam derrubados os vetos presidenciais ao projeto da Lei dos Royalties.

De acordo com Ziulkoski, a distribuição prevista na versão aprovada pelo Congresso garante R\$ 4 bilhões a mais a serem divididos entre todos os municípios.

— Isso ameniza, mas não soluciona o problema dos municípios. Isso vai representar mais ou menos 70% a 80% de um mês de FPM [Fundo de Participação dos Municípios] durante o ano. Então, o município que recebe R\$ 800 mil em um mês de FPM vai ter um agregado de R\$ 500 mil no primeiro ano

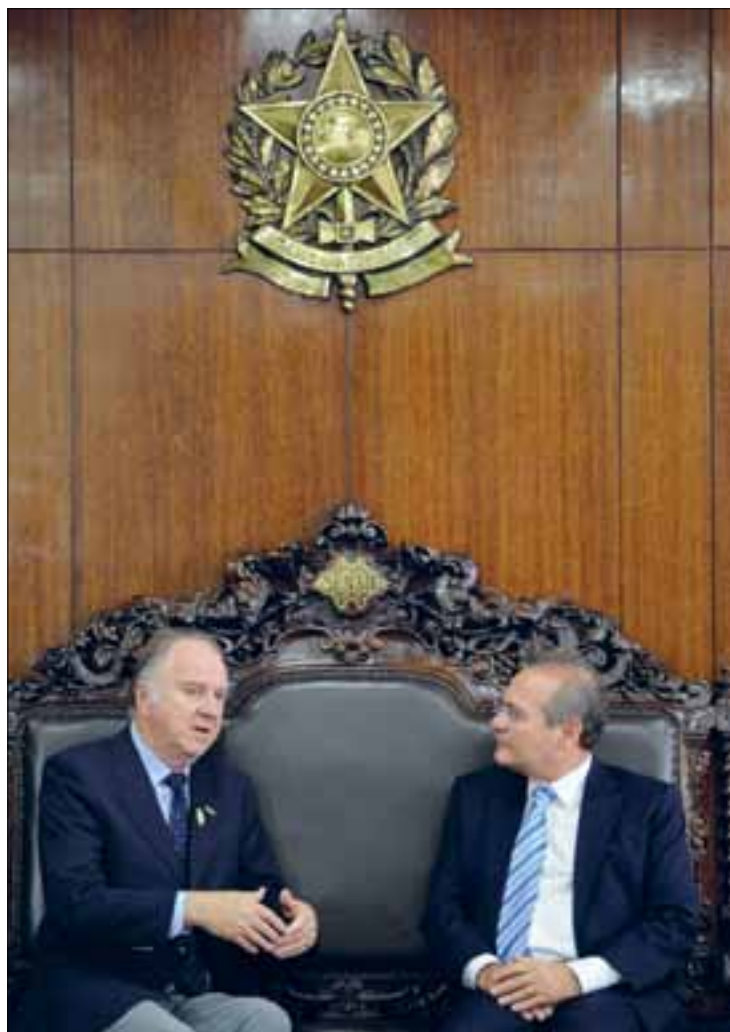
de royalties, dividido em 12 parcelas.

Ziulkoski afirmou que a pauta é ampla e ressaltou a necessidade de discutir a questão federativa. O dirigente contou como foi a reunião com Renan:

— É um contato inicial com o presidente do Senado mostrando as dificuldades dos municípios. A pauta é muito ampla. Precisamos discutir toda a questão federativa. Se nós pegarmos a saúde, por exemplo, temos uma pauta enorme, assim como a educação — disse o presidente da CNM.

Durante o encontro, Ziulkoski sugeriu a Renan a revitalização da Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais, que integra a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O colegiado não se reúne desde 2007.

— Precisamos reestruturar a subcomissão para que seja um canal por onde possamos nos expressar.



Ziulkoski diz a Renan que mais de 4 mil municípios têm problemas com as contas

Sarney cita centenário do ex-deputado Colombo de Sousa

José Sarney (PMDB-AP) registrou no Plenário o centenário de nascimento do ex-deputado José Colombo de Sousa. Os dois foram companheiros no Congresso Nacional na década de 50. Colombo foi filiado ao PSD e ao PSP.

— Foi um dos grandes políticos e intelectuais do Ceará, terra que amou e pela qual trabalhou por toda a sua vida. Teve uma grande vida pública. Foi excelente escritor e professor de Direito — disse.

O parlamentar ressaltou o valor dos filhos de Colombo: os embaixadores José Jerônimo Moscardo de Sousa e José Marcus Vinicius de Sousa, a professora Fernanda Maria de Sousa, o advogado José Maurício de Sousa, o economista José Luis Roberto de Sousa, a relações-públicas Maria Inês Gurgel de Sousa e o administrador José Paulo Afonso de Sousa.



Mareia Manz/Agência Senado

Congresso faz 1 minuto de silêncio por Chávez

O presidente do Senado, Renan Calheiros, pediu aos parlamentares que estavam reunidos na sessão de ontem do Congresso Nacional um minuto de silêncio em pesar pela morte do presidente da Venezuela, Hugo Chávez. Segundo ele, Chávez foi “um amigo do Brasil”.

Chávez tinha 58 anos e lutava contra um câncer. Ele foi eleito quatro vezes presidente da Venezuela e governou o país por 14 anos seguidos.

O presidente do Senado também divulgou nota em

que diz que “seu relevante papel no quadro venezuelano e regional e sua grande amizade pelo Brasil marcaram sua gestão à frente do governo da República Bolivariana da Venezuela”.

Solidariedade

Na nota, Renan afirma ainda que, “neste momento de dor e de pesar, o povo da Venezuela conta com a plena solidariedade do povo brasileiro, representado no Congresso Nacional”.

Mais cedo, na sessão

plenária do Senado, Eduardo Suplicy (PT-SP) e Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) haviam lamentado a morte do líder venezuelano.

Segundo Suplicy, foi uma “triste notícia”. O senador anunciou que vai apresentar, na próxima sessão do Senado, um requerimento de pesar a ser enviado à Venezuela.

Randolfe também apresentou solidariedade ao povo venezuelano:

— Tenho certeza de que os venezuelanos saberão superar este momento triste e amargo.

Valadares presidirá Comissão de Turismo



Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) e Inácio Arruda (PCdoB-CE) foram eleitos presidente e vice-presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), para o biênio 2013-2014. De acordo com Valadares, a comissão deve intensificar os debates sobre as desigualdades regionais e o incremento ao turismo.

— Turismo é riqueza, progresso, desenvolvimento para nosso país e nossas regiões — disse.

A comissão aprovou dois requerimentos: um, de Ana Amélia (PP-RS), pede audiência sobre o projeto que determina a realização periódica de inspeções em edificações (PLS 491/11), e outro, de Valadares, propõe reunião conjunta com a CAE e a CCJ para discutir as liberações dos recursos do Fundo de Participação dos Estados.

Ciência e Tecnologia escolhe presidente

A Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) vai definir hoje o seu comando. Zeze Perrella (PDT-MG) é o indicado para presidente.

Semana passada, foram definidos presidentes e vices da Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas e de nove comissões permanentes. Assuntos Econômicos: Lindbergh Farias (PT-RJ) e Sérgio Souza (PMDB-PR); Serviços de Infraestrutura: Fernando Collor (PTB-AL) e Sérgio Petecão (PSD-AC); Relações Exteriores: Ricardo Ferraço (PMDB-ES) e Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE); Constituição e Justiça: Vital do Rêgo (PMDB-PB) e Anibal Diniz (PT-AC); Meio Ambiente: Blairo Maggi (PR-MT) e Eduardo Amorim (PSC-SE); Educação: Cyro Miranda (PSDB-GO) e Ana Amélia (PP-RS); Assuntos Sociais: Waldemir Moka (PMDB-MS) e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM); Agricultura e Reforma Agrária: Benedito de Lira (PP-AL) e Acir Gurgacz (PDT-RO); Direitos Humanos: Ana Rita (PT-ES) e João Capiberibe (PSB-AP).

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Novo TRF

14h Na pauta da sessão, proposta de emenda à Constituição (PEC 42/12) que cria Tribunal Regional Federal no Paraná.

PRESIDÊNCIA Dia da Mulher

10h30 Renan Calheiros assina acordo com a Secretaria de Políticas para as Mulheres; às 11h, entrega o Diploma Bertha Lutz; às 12h30, recebe centrais sindicais; às 16h, preside a ordem do dia; em seguida, assina acordo com o governador do Distrito Federal, Agnelo Queiroz; às 18h, recebe o coordenador do Comitê para Proteção de Jornalistas, Carlos Lauria; e, às 19h25, preside sessão do Congresso.

CI Sudene

8h30 Analisa projeto que inclui a área da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste no regime de incentivos para infraestrutura da indústria petrolífera.

CAS Conselhos regionais

9h Analisa, entre outros, projeto que direciona parte da renda líquida dos Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia para a qualificação profissional dos integrantes.

CCT Eleição de presidente e vice

9h Instalação dos trabalhos e eleição do presidente e do vice-presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática para o biênio 2013-2014.

CCJ Gestão de concessionárias

10h Na pauta, projeto que proíbe a participação de detentores de mandato eletivo e parentes na gestão de concessionárias de serviços públicos e PEC que trata de prazo de validade de concurso público.

EXPOSIÇÃO Cidadãs e Constituição

10h30 Abertura da exposição *As Cidadãs e a Constituição: 25 anos de lutas e conquistas no Brasil* e assinatura de acordo de cooperação técnica entre o Senado e a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República.

CONGRESSO Diploma Bertha Lutz

11h Sessão solene para comemorar o Dia Internacional da Mulher, com a entrega do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz 2013, e instalação da Procuradoria da Mulher. Às 19h25, sessão para examinar o veto presidencial à Lei dos Royalties.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Confirmada sessão do Congresso para hoje

Adiamento se deve a erro na mensagem presidencial encaminhada ao Congresso, da qual não constava veto ao artigo 4º do projeto dos royalties. Nova sessão deve começar às 19h25

O PRESIDENTE DO Senado, Renan Calheiros, abriu e fechou ontem, em cerca de cinco minutos, a sessão do Congresso inicialmente marcada para apreciação do veto presidencial à Lei dos Royalties. Com 76 senadores e 455 deputados presentes, a sessão serviu apenas para a leitura da retificação ao veto parcial (VET 38/12) feito pela presidente Dilma Rousseff em novembro.

O cuidado ocorreu em razão de um erro material na mensagem encaminhada ao Congresso no ano passado, quando não foi incluído o veto ao artigo 4º da Lei 12.734/12, republicado ontem no *Diário Oficial da União*. Renan marcou para hoje, às 19h25, nova sessão do Congresso para analisar o veto. No total, serão examinados 140 dispositivos, reunidos sob um mesmo número, todos referentes ao projeto de partilha dos royalties (PLS 448/11).

Renan também pediu, ontem, aos parlamentares um minuto de silêncio em pesar pela morte do presidente da Venezuela, Hugo Chávez (*leia mais na página 2*).



Plataforma P-59, da Petrobras: recursos dos royalties do petróleo são disputados por estados produtores e não produtores

Agência Petrobras/Renato Moneira

Para Renan, minoria não será atropelada no debate

O presidente do Senado, Renan Calheiros, manifestou a intenção de articular com as lideranças partidárias a garantia de que um número maior de parlamentares possa discursar durante o exame dos vetos à Lei dos Royalties na sessão do Congresso de hoje.

— É importante que a maioria se expresse, mas não podemos deixar que atropelada a minoria.

De acordo com as regras anunciadas pela Secretaria-Geral da Mesa, em conformidade com o Regimento Comum do Congresso, após falarem 4 senadores e 6 deputados, os líderes partidários podem pedir o encerramento da discussão. Cada orador terá prazo máximo de 20 minutos. A sessão do Congresso será aberta com quórum mínimo de 14 senadores e 86 deputados. Na primeira parte da sessão, serão lidos novos vetos a 15 projetos de lei aprovados pelo Congresso. Esses projetos vão entrar na pauta para futura deliberação.

Lindbergh: “Se derrubarem os vetos, iremos ao STF”

Senadores que representam os estados produtores de petróleo afirmam que há uma exigência legal de um prazo bem maior do que 24 horas após a leitura da retificação ao veto parcial, feita ontem, para que os vetos à Lei dos Royalties possam ser analisados.

— Se nos atropelarem, tenho certeza que conseguiremos anular a sessão no Supremo Tribunal Federal — alertou Lindbergh Farias (PT-RJ), discordando de que a republicação se resume a “simples correções e adendos”.

Ele afirma que são novos vetos e, portanto, isso exige um novo prazo — segundo ele, de 30 dias — para se instituir uma comissão que analise a matéria e apresente um parecer. Tal exigência, argumentou, é feita tanto pela Constituição como pelas normas regimentais do Congresso.

— Vamos solicitar questão de ordem — concordou Magno Malta (PR-ES).



Gerardo Magela/Agência Senado

Ferraço anuncia que RJ e ES estudam obstruir sessão

As bancadas do Rio de Janeiro e do Espírito Santo usarão todos os mecanismos regimentais possíveis — como a apresentação de “inúmeras” questões regimentais — para obstruir a sessão do Congresso desta noite e “impedir a violência, o estupro” contra os estados produtores de petróleo, disse Ricardo Ferraço (PMDB-ES), sobre uma possível derrubada dos vetos à Lei dos Royalties. Caso os vetos sejam realmente cancelados, o senador disse que essas bancadas ajuizarão uma ação direta de inconstitucionalidade no STF. Para Ferraço, alguns dispositivos foram vetados porque violam a Constituição.

Ele disse que o sentido do instrumento chamado royalty é a indenização das áreas impactadas pela exploração petrolífera. O senador chamou de “iniciativa descabida e injusta” a ação dos estados não produtores para derrubada dos vetos.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Segundo líder do PT, governo reconhece derrubada de veto



O líder do PT, Wellington Dias (PI), disse que o governo reconhece que o Congresso Nacional derrubará os vetos. Ele é autor do projeto que originou a proposta de redistribuição dos recursos.

— Não se trata de uma proposta de quem é da base do governo ou da oposição.

Vamos verificar que, em pelo menos 24 estados, quem é governo e quem é oposição estará votando de forma uniforme — disse.

Contudo, Wellington avalia que a lei pode ser melhorada com a aprovação da MP 592/12, que destina os recursos dos royalties à educação.

— A presidenta quer prioridade para a educação. Acho que o Congresso, os municípios e governadores sinalizam também a educação como a grande prioridade — acrescentou.

A MP, que está sendo discutida em comissão mista, determina que “programas e projetos direcionados ao desenvolvimento da educação” recebam 100% dos recursos dos royalties recolhidos em futuros contratos sob o regime de concessão.

Nova distribuição vai corrigir desigualdades, diz Humberto

Humberto Costa (PT-PE) considera a votação dos vetos à Lei dos Royalties o início de uma grande transformação para o desenvolvimento regional. Ele defendeu a derrubada dos vetos porque avalia que estados e municípios durante longo tempo receberam um tratamento que aprofundou as desigualdades.

— Os parlamentares deverão garantir uma distribuição adequada, justa, equitativa daqueles bens e daquelas riquezas que não são propriedade de uma região, ou estado ou municípios, mas que representam a riqueza de todo o povo brasileiro — afirmou.

Segundo o senador, a retomada do substitutivo de Vital do Rêgo (PMDB-PB) beneficia todos os entes da Federação. Ele citou dados da Confederação Nacional dos Municípios que apontam que a nova partilha garantirá, até o final da década, R\$ 105 bilhões para os dois principais estados produtores, Rio de Janeiro e Espírito Santo, e para 30 dos seus municípios, além de R\$ 140 bilhões para o restante do país.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Gurgacz critica concentração de riqueza em 311 municípios

Acir Gurgacz (PDT-RO) defendeu a rejeição dos vetos à Lei dos Royalties.

— Venho a esta tribuna, na condição de líder do PDT, para manifestar o posicionamento do partido e de meu mandato pela derrubada dos vetos — disse.

O senador frisou que o petróleo é uma riqueza de toda a nação e deve beneficiar todos os estados e municípios e toda a população. Se os vetos forem mantidos, pontuou Gurgacz, apenas 311 municípios serão beneficiados. Se os vetos forem derrubados, todos os 5.565 municípios receberão algum repasse.

— Como é possível admitir que toda essa riqueza, que pertence à União, fique concentrada apenas em dois estados e pouco mais de 300 municípios? — questionou.

Em aparte, Ricardo Ferraço (PMDB-ES), favorável à manutenção do veto, concordou que o petróleo pertence a todo o povo brasileiro, mas argumentou que os royalties têm caráter de indenização pelos impactos ambientais da exploração em estados e municípios produtores.



Waldemir Barreto/Agência Senado



Blairo Maggi (E), Sérgio Souza, Lindbergh Farias e Romero Jucá na Comissão de Assuntos Econômicos

Agripino propõe prestação de contas trimestral do BNDES

O senador José Agripino (DEM-RN) apresentará projeto para obrigar o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) a prestar contas no Senado a



cada três meses. O objetivo, segundo o senador, é fazer com que o presidente do BNDES fale sobre a atuação do banco no que diz respeito aos investimentos públicos e privados.

— Confio no atual presidente, Luciano Coutinho, acho que é um técnico de muito bom nível, mas a instituição e a direção precisam ser avaliadas, investigadas e acompanhadas — disse.

Agripino criticou o investimento do banco em estatais, que perderam valor patrimonial entre 2011 e 2012. Ele afirmou que o lucro do BNDESPAR, sociedade gestora de participações sociais do banco que atua sobre o financiamento de empresas, caiu de R\$ 4,3 bilhões em 2011 para R\$ 298 milhões em 2012. Os investimentos, segundo o senador, foram feitos especialmente em estatais.

Falta de quórum impede votação de créditos na CMO

Foi cancelada por falta de quórum a reunião da Comissão Mista de Orçamento (CMO) que analisaria ontem a medida provisória que abre crédito extraordinário de R\$ 573 milhões para os Ministérios do Desenvolvimento Agrário e da Integração Nacional (MP 596/12). A próxima reunião foi marcada para 12 de março.

A pauta da CMO também tem relatórios de prestação de contas do governo federal e de avaliação do plano plurianual 2008–2011. Os oito relatórios do Tribunal de Contas da União (TCU) de gestão fiscal e os cinco relatórios de avaliação do cumprimento de metas fiscais que encontram-se na pauta têm pedido de arquivamento da relatora, Ângela Portela (PT-RR). Estão em pauta, ainda, demonstrações financeiras do Banco Central, demonstrativos contábeis dos fundos constitucionais de financiamento, relatórios de desempenho do Fundo Soberano do Brasil e atividades da Autoridade Pública Olímpica, entre outros temas.

Comissão vai debater ICMS e FPE com governadores e ministros

Mudanças no imposto devem ser votadas na CAE até o final do mês, e as no Fundo de Participação dos Estados, em Plenário até dia 19

A COMISSÃO DE Assuntos Econômicos (CAE) aprovou a realização de um ciclo de audiências públicas para debater a unificação gradual das alíquotas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e a compensação financeira da União aos estados. Essas alterações estão previstas em um projeto de resolução (PRS 1/13) que tramita no Senado e em medida provisória (MP 599/12) a ser analisada por comissão mista. Até agora, a MP recebeu 218 emendas de deputados e senadores.

A primeira audiência está prevista para segunda-feira, às 18h30, com a presença de especialistas, como os ex-ministros Nelson Machado e Guilherme Dias, o ex-governador gaúcho Germano Rigotto e os economistas José Roberto Afonso e Bernard Appy.

Na terça-feira, o debate prossegue com o secretário-executivo do Ministério da Fazenda e presidente do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), Nelson Barbosa, e com os secretários de Fazenda de Amazonas,

Pernambuco, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná e Ceará.

No dia 20, são esperados na CAE os governadores de Pará, Piauí, Mato Grosso, São Paulo, Rio Grande do Sul e Espírito Santo. No dia 21, deverá comparecer o ministro da Fazenda, Guido Mantega. As audiências foram requeridas pelo presidente da CAE, Lindbergh Farias (PT-RJ), e pelos relatores do PRS 1/13, Delcídio do Amaral (PT-MS), e da MP 599/12, Walter Pinheiro (PT-BA). A lista levou em conta o critério regional e a posição de superávit e déficit na relação comercial entre os estados.

Lindbergh reafirmou, na reunião da CAE, a intenção de votar o PRS na comissão até o fim de março. Por iniciativa dele, o colegiado aprovou ainda a instrução — em conjunto com as Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) — dos projetos de lei complementar que instituem novos critérios de repartição do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE).

Com a decisão, a CAE abriu caminho para que as propostas tenham um único relator, Walter Pinheiro, e apenas um substitutivo. Para viabilizar a votação em 19 de março, como pretende o presidente da Casa, Renan Calheiros, as três comissões farão reunião conjunta, em 13 de março, com o coordenador do Confaz, Cláudio Trinchão, secretário da Fazenda do Maranhão.

Dívidas dos estados

O senador Luiz Henrique (PMDB-SC) foi indicado por Lindbergh Farias para articular debates com governadores a fim de encontrar uma solução para as dívidas dos estados com a União.

Os encontros servirão para debater a proposta de redução dos indexadores da dívida que “asfixiam os estados”, segundo Luiz Henrique.

Já está tramitando na Câmara dos Deputados projeto de lei complementar que reduz os juros anuais para 4% e atualiza a correção com base no IPCA. Hoje, o saldo devedor é corrigido pelo IGP mais 6% a 9% de juros anuais.

Ferraço critica mudança proposta pelo governo federal

Ricardo Ferraço (PMDB-ES) manifestou oposição à proposta de reforma do ICMS encaminhada pelo governo federal ao Congresso no final do ano passado.

Na avaliação do senador, a sugestão de redução da alíquota do tributo para 4%, até 2025, em todo o país (PRS 1/13) deverá prejudicar, caso seja aprovada, especialmente os estados brasileiros menos desenvolvidos.

Para Ferraço, o sistema de alíquotas

diferentes em vigor permitiu a criação de um importante instrumento de desenvolvimento regional para os estados, abrindo caminho para que os governadores pudessem dialogar com o mercado e trabalhar pela atração de investimentos.

— Alíquotas mais elevadas na origem, por sua vez, criaram espaço para a concessão de incentivos fiscais pelos estados para compensar desvantagens

logísticas, vocacionais e mesmo de escala e, assim, atrair investimentos e proporcionar novas oportunidades para os cidadãos — disse.

Ferraço citou ainda a possibilidade de perda de autonomia dos estados, de piora na concentração regional de renda e de aumento na sonegação fiscal, caso a proposta de reforma do ICMS do governo federal seja aprovada pelo Congresso.

Projeto visa coibir erros na cobrança do IPTU

Os oficiais de registro de imóveis poderão ser obrigados a comunicar aos respectivos municípios as transferências de titularidade da propriedade ou do domínio de imóveis urbanos, no prazo de 30 dias.

A obrigação é prevista no PLS 345/12, aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O descumprimento da nova atribuição viria a constituir infração disciplinar,

conforme o projeto de José Pimentel (PT-CE), que ainda será analisado em decisão terminativa pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Para a relatora na CAE, Ana Amélia (PP-RS), não haverá mais justificativa aceitável para que as prefeituras deixem de promover as alterações cadastrais necessárias, evitando a cobrança indevida de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU).

Aprovada regra para serviço de cofres bancários

A guarda de valores e objetos em cofres bancários, serviço que gera muitas dúvidas e disputas judiciais, poderá ter regulamentação específica. A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem, em turno suplementar, projeto que estabelece as obrigações entre as partes.

Segundo o texto (PLS 627/11), de Humberto Costa (PT-PE), o banco e o cliente terão de fazer contrato de

locação que especifique os valores e os objetos guardados. As partes contratantes definirão um valor monetário para objetos de valor não calculável. Em caso de extravio, a instituição financeira pagará indenização ao contratante, cujas informações serão protegidas por sigilo bancário.

O projeto poderá seguir diretamente para a Câmara, se não houver recurso para votação no Plenário.

Entra em regime de urgência tramitação de projeto que prevê criação de órgão com status de ministério para cuidar de programas de incentivo, qualificação e promoção da competitividade e da inovação

Plenário vota amanhã a Secretaria da Microempresa

SENADORES APROVARAM ONTEM requerimento de urgência para a votação do projeto que cria a Secretaria da Micro e Pequena Empresa, cujo objetivo será formular os programas para o setor. A votação em Plenário ficou marcada para amanhã, pois os líderes governistas decidiram acatar pedido da oposição após acalorada discussão do Projeto de Lei da Câmara (PLC) 112/12.

A nova secretaria cuidará dos programas de incentivo, de qualificação e de promoção da competitividade e da inovação nessas empresas. Deverá ajudar também a estimular a participação do setor na exportação.

De acordo com o texto, aprovado pela Câmara no final do ano passado, a nova secretaria será vinculada à Presidência da República, com status



Walter Pinheiro, Eunício Oliveira e Cyro Miranda discutem o pedido de urgência

de ministério, e assumirá as funções do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior relacionadas às microempresas, às empresas de pequeno porte e ao artesanato.

No início da discussão do requerimento de urgência, a orientação da liderança do governo era de analisar o mérito do projeto imediatamente depois da aprovação da urgência.

Audiência debate participação nos lucros

Duas audiências públicas vão debater a Medida Provisória 597/12, que isenta de Imposto de Renda os valores até R\$ 6 mil recebidos por trabalhadores como participação nos lucros e resultados das empresas.

A agenda, proposta pelo relator, deputado Luiz Alberto (PT-BA), prevê que na primeira audiência, em 12 de março, sejam ouvidos representantes da Central Única dos Trabalhadores

(CUT), Força Sindical, União Geral dos Trabalhadores (UGT), Confederação Nacional da Indústria (CNI), Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF) e Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC).

Na etapa seguinte, em 19 de março, a comissão receberá os ministros do Trabalho, Brizola Neto, e da Fazenda, Guido Mantega, além de um representante

do Departamento Inter-sindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

A medida atende uma reivindicação das centrais sindicais e deve provocar, segundo cálculos do governo, uma redução da arrecadação da ordem de R\$ 1,7 bilhão em 2013.

A comissão mista que analisa a MP é presidida pelo senador Waldemir Moka (PMDB-MS).



Senador Waldemir Moka (C) preside a comissão mista que analisa a Medida Provisória 597/12

Mais prazo para empresas saldarem dívidas

Empresas em recuperação judicial poderão ter mais tempo para pagar as dívidas. A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem projeto que admite a possibilidade de prorrogação do prazo de 180 dias em que o devedor fica livre das ações de execução de débitos vencidos.

Segundo o PLS 248/12, o prazo poderá ser dilatado uma vez e por igual período na hipótese de demora na aprovação do

plano de recuperação judicial “por ação ou omissão inimpugnáveis ao devedor”.

O projeto original, de Eduardo Amorim (PSC-SE), previa apenas a possibilidade de prorrogação do prazo, mas o relator na CAE, Armando Monteiro (PTB-PE), excluiu expressamente os casos em que a demora na aprovação do plano de recuperação tenha sido causada por ação ou omissão do devedor, em



Relator, Armando mudou o texto para seguir jurisprudência do STJ

conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Agricultura corre risco de colapso logístico, afirma Alvaro Dias

Alvaro Dias (PSDB-PR) manifestou preocupação com um possível colapso logístico agrícola no Brasil. Ele citou o artigo “Rumo ao pior ano da logística agrícola nacional”, do especialista em agronegócio Marcos Jang, publicado dia 26 pelo jornal *O Estado de S. Paulo*.

O artigo lembra que o Brasil colherá, este ano, a maior safra de sua história, com 185 milhões de toneladas de grãos. Esse número é 11% maior que a safra anterior e coloca o país como o primeiro produtor e exportador de soja e o primeiro exportador de milho do mundo. O articulista ressalva, porém, que a principal questão é saber quanto será efetivamente

escoado por meio dos portos brasileiros.

— O Brasil no campo é imbatível, mas perdemos quando chegamos ao momento da competição comercial — disse o senador.

Alvaro lamentou a falta de hidrovias, ferrovias e estradas no Brasil, destacando que a capacidade de armazenagem do país se limita a 60% da produção. Para ilustrar o gargalo na logística, o senador registrou que as filas para os Portos de Santos (SP) e Paranaguá (PR) são duas ou três vezes maiores que três anos atrás, com “quilômetros de filas de caminhões”. Segundo ele, o custo de um navio parado no porto é de US\$ 30 mil por dia.

Aloysio diz que Dilma ignora a crise externa

Ao criticar ontem os rumos da política econômica do governo, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ironizou a afirmação feita na véspera pela presidente Dilma Rousseff de que “quando há espirro no exterior, o Brasil não pega mais pneumonia”. Ele acredita ser ruim, especialmente para a credibilidade do país no exterior, que a presidente e o ministro da Fazenda entrem em choque na análise da economia.

— É claro que crises externas repercutem na economia brasileira e isso vem sendo reconhecido insistentemente pelo ministro da Fazenda [Guido Mantega] — disse o senador.

De acordo com Aloysio,



O governo gasta muito e investe pouco, segundo senador do PSDB

o aumento de apenas 0,9% no PIB do ano passado só foi obtido graças a uma “série de manobras de contabilidade”. Ele disse que o governo continua gastando muito, investindo pouco e “esfolando o contribuinte” com alta carga tributária.

Segundo o senador, no ano passado as despesas públicas aumentaram 11%, e as receitas, 7%. Aloysio atribui parte dessa queda à “desoneração sem critérios” no setor produtivo.

Alfredo Nascimento comemora 46 anos da Zona Franca de Manaus

Alfredo Nascimento (PR-AM) comemorou os 46 anos da Zona Franca de Manaus, celebrados semana passada.

— É incontestável a importância da Zona Franca como motor do crescimento para o Amazonas — disse.

O senador afirmou que o complexo industrial responde por 90% da arrecadação tributária do estado e ressaltou o esforço das mais de 600 empresas e 120 mil trabalhadores.

— São eles que diariamente garantem o sucesso desse modelo desenvolvimentista, motivo de orgulho de todos os amazonenses.

Segundo Nascimento, em 2012 a Zona Franca



Senador afirma que complexo responde por 90% da arrecadação

faturou R\$ 73 bilhões, 6% mais que em 2011. Além disso, afirmou que o modelo demonstrou ser sustentável. O senador salientou que a região precisa de melhorias na infraestrutura, na qualidade e na eficácia dos modais de transportes e na qualificação de mão de obra.

Medida Provisória 605/13, debatida ontem em comissão presidida por Ana Amélia, complementa a MP 579/12, que reduziu os custos de energia e foi transformada em lei

Setor elétrico pede ajustes em MP que assegura energia mais barata

A COMISSÃO MISTA que analisa a Medida Provisória 605/13 fez ontem a primeira audiência pública para debater a proposta. A MP altera trechos da Lei da Conta de Desenvolvimento Energético (Lei 10.438/02) de modo a tornar viável a redução nas tarifas de energia elétrica e assegurar o equilíbrio financeiro das geradoras de eletricidade. Os sete convidados elogiaram a MP, mas defenderam ajustes.

O diretor financeiro e de Relações com Investidores da Eletrobras, Armando Casado de Araujo, explicou que a CDE era utilizada para financiar vários programas subsidiados, como o do consumidor de baixa renda, o uso do carvão mineral por geradoras térmicas,



Medeiros, Pedrosa, Araujo, senadora Ana Amélia, deputado Alexandre Santos, Vianna e Zordan durante a audiência

o Programa Luz para Todos e as instalações de melhorias.

A MP destinou recursos do Tesouro Nacional para compensar os descontos nas tarifas de uso dos sistemas elétricos de distribuição e das tarifas de energia. Também previu compensação para os efeitos da não adesão de empresas de geração e distribuição à prorrogação das concessões pelo governo federal. Além disso, a medida

autorizou a União a destinar à CDE créditos provenientes da Usina de Itaipu.

O relator da comissão, deputado federal Alexandre Santos (PMDB-RJ), perguntou ao dirigente da Eletrobras quais as medidas tomadas pela companhia para se adequar à nova realidade financeira imposta pela MP. Araujo respondeu que já estão no site da Eletrobras as notas técnicas

de cada uma das empresas que compõem o grupo, com seus respectivos programas de adequação de custo.

O relator-revisor da MP, senador Lobão Filho (PMDB-MA), disse que irá se empenhar na melhoria do texto para minimizar danos às empresas, proteger o cidadão e a competitividade da indústria brasileira e resguardar geradoras e distribuidoras.

Mercado livre também cobra diminuição de tarifas

Os presidentes-executivos da Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia, Reginaldo Almeida de Medeiros, e da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres, Paulo Pedrosa, defenderam que os consumidores do mercado livre de energia também tenham acesso à redução das tarifas.

Medeiros explicou que há dois mercados de energia elétrica. No primeiro, os consumidores cativos compram diretamente das distribuidoras. Esses foram contemplados com os descontos previstos na MP 579/12, depois transformada na Lei 12.783/13. Já o mercado livre, que atende 60% do PIB industrial brasileiro, não foi beneficiado.

Segundo ele, o mercado livre congrega 495 geradores, 145 comercializadores, 579 consumidores livres e 890 consumidores especiais que representam uma conta de R\$ 30 bilhões por ano. O mercado, acrescentou, tem potencial para 1.200 consumidores livres e 12 mil especiais, podendo chegar a 46% do consumo nacional.

Como o mercado livre vive em competição com o mercado regulado, explicou, a Lei 12.783/13, ao destinar a redução apenas para o mercado regulado, tirou a competitividade do primeiro. Ele disse que o consumidor do mercado livre não pode voltar de imediato ao mercado regulado, uma vez que os contratos são, em geral, de quatro anos.

Economia de 30% só alcança 15 fábricas, afirma debatedor

O patamar anunciado pelo governo, de redução de 30% nas contas das indústrias, somente será alcançado por 15 fábricas de uso intensivo de energia. As que utilizam a

energia do mercado livre terão a redução apenas no custo do transporte, de cerca de 6%.

A avaliação é de Paulo Pedrosa, da Associação Brasileira de Grandes Consumidores

Industriais de Energia. Ele observou que outro problema, a ligação das geradoras térmicas, aumenta o custo da energia, o que momentaneamente neutraliza o ganho previsto.

No entanto, Pedrosa defendeu a MP, que, para ele, deverá devolver competitividade à indústria brasileira. Ele explicou que, enquanto o consumo das famílias cresceu 3,1%, a produção industrial brasileira de bens de capital caiu 11,8%; a de bens de consumo duráveis, 3,4%; e a de bens de consumo semiduráveis e não duráveis, 0,8%. Acrescentou que 21,6% do consumo das famílias é feito com produtos importados.

Para o representante dos

grandes consumidores, a MP 579/12 e a MP 605/13 são complementares. A primeira, transformada em lei, desonerou a energia do custo de políticas públicas, antes embutidas nas tarifas. Já a MP 605/13 veio garantir que os consumidores recebam o benefício, mesmo com a recusa de algumas empresas de aderir à iniciativa do governo federal.

Pedrosa defendeu que os benefícios alcancem também as bases das cadeias produtivas, já que as indústrias que consomem do mercado livre e as que investiram em produção própria não foram alcançadas pela redução do custo da energia.



Indústrias que usam mercado livre dizem que terão apenas 6% de redução na conta, relativa ao transporte de energia

Flexa acusa governo de sucatear a Eletrobras

A gestão da Eletrobras e a aprovação da MP 579/12, que reduziu as contas de energia, foram alvo de Flexa Ribeiro (PSDB-PA). Segundo ele, "lamentavelmente, o governo atropela com medidas provisórias temas que precisariam de entendimento no Congresso". — Ninguém questiona o

mérito de uma medida que visa abaixar as contas de energia. O problema é como se faz isso — criticou.

Ele acredita que a MP teve elaboração incompetente, irrealista e sem embasamento técnico. Para Flexa, o governo deveria ter aberto mão de receitas próprias em vez de

miniar a capacidade de investimento de um setor necessário para o crescimento.

— O governo não abre mão de tributos como PIS e Cofins nessas contas e, com isso, criou problemas para a Eletrobras.

O senador alertou para a queda de 22% das ações da companhia em seis meses

e prejuízo de R\$ 20 bilhões até 2017.

— O jeito PT de governar mina o patrimônio nacional. As grandes estatais são pressionadas a tomar medidas sem sentido econômico que prejudicam sua solidez — disse, citando artigo de Carlos Müller, da Geral Investimentos.

Distribuidor diz que 45% da conta são encargos

O presidente da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica, Nelson Fonseca Leite, também considerou que a redução de tarifas irá ampliar a competitividade da indústria brasileira. Segundo ele, a energia do país está entre as mais caras do mundo porque tem embutido nas tarifas um índice de 45% de impostos e encargos.

A associação, que teve uma receita bruta, em 2011, de R\$ 140 bilhões, recolheu, somente na distribuição de energia, R\$ 52 bilhões em tributos e encargos. A entidade engloba 63 distribuidores de energia elétrica, atende 73 milhões de unidades consumidoras, emprega 160 mil trabalhadores e faz investimentos anuais de R\$ 11 bilhões, disse Leite.

Ele sugeriu que seja aprovada emenda na MP possibilitando que a CDE possa ser utilizada para financiar também os encargos de serviços de sistema, como a geração térmica de eletricidade para compensar falta de excedente hidráulico.

Os presidentes da Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia de Menor Porte, Ricardo Martin, e da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica, Luiz Fernando Vianna, elogiaram o fim dos subsídios cruzados, que tiravam recursos do mercado regulado para outros programas. Esses subsídios estão sendo bancados pelo Tesouro Nacional.

O superintendente da Confederação Nacional das Cooperativas de Infraestrutura, José Zordan, pediu que os benefícios previstos na MP alcancem não somente as concessionárias de energia, como está no texto, mas também as permissionárias, como as 65 cooperativas de distribuição que levam luz elétrica a 600 mil associados espalhados por 800 municípios brasileiros.

As cooperativas representam 1% da energia distribuída no Brasil.



Para Flexa, MP que reduziu contas de luz não tem embasamento técnico

Sindicatos cobram mudança na MP dos Portos

Em audiência pública, representantes dos trabalhadores disseram que mudança no setor proposta pelo governo deve cortar postos de trabalho e reduzir salários

A MEDIDA PROVISÓRIA (MP) 595/12, que estabelece a exploração indireta dos portos pela iniciativa privada, foi criticada por líderes sindicais. Eles apontaram o risco de privatização, redução de postos de trabalho, achatamento salarial e perda de direitos.

A proposta foi defendida por Kátia Abreu (PSD-TO). Para ela, a medida combate a ineficiência do sistema portuário, contribui para o aumento da competitividade no setor, favorece a geração de empregos e consolida a inclusão do Brasil no mercado internacional.

O debate ocorreu na comissão mista destinada a emitir um parecer sobre a MP.

A MP 595/12 estabelece que a exploração indireta do porto organizado e das instalações portuárias nele localizadas ocorrerá mediante concessão e arrendamento de bem público. As instalações portuárias localizadas fora da área do porto organizado serão exploradas por autorização. A medida determina que os serviços serão outorgados a pessoa jurídica que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco. O país tem 34 portos públicos marítimos e 102 terminais de uso privativo.

Críticas

Para o presidente da Federação Nacional dos Portuários, Eduardo Lírio Guterra, a MP esvazia as competências administrativas da autoridade portuária, ao não fazer menção à guarda portuária e possibilitar a privatização de empresas do setor. Ele lamentou que a MP 595/12 torne dispensável a contratação de trabalhadores dos portos privados por meio do Órgão Gestor de Mão de Obra (Ogmo). Ele negou que o Ogmo encareça o setor portuário e afirmou que a movimentação



Wilton Barreto, Eduardo Guterra, Eduardo Braga, José Pimentel, Mário Teixeira e Maurício de Melo participam da audiência pública sobre a MP dos Portos

de carga cresceu à taxa mensal de 6,17% nos últimos 12 anos.

O presidente da Federação Nacional dos Estivadores, Wilton Barreto, disse que alguns portos vêm batendo recordes na movimentação de contêineres, como Paranaguá (PR) e Santos (SP). Em relação à contratação de mão de obra, relatou que os trabalhadores da estiva “vêm sofrendo diuturnamente, pois há operadores que querem negociar e outros, não”.

O presidente da Federação Nacional dos Conferentes e Consertadores de Carga e Descarga, Vigias Portuários, Trabalhadores de Bloco, Arrumadores e Amarradores de Navios nas Atividades Portuárias, Mário Teixeira, disse que a MP é inconstitucional — serviço público deve ser delegado por concessão ou permissão, não por autorização.

Para Maurício Coentro Pais de Melo, do Ministério Público do Trabalho, a MP pode provocar problemas de gestão de pessoal nos portos e atrapalhar o controle de entrada e saída de pessoas e mercadorias. Ele observou que a fiscalização é prevista em normas e convenções internacionais que não podem ser desconsideradas pelo país.

Federação avalia que MP possibilita privatização de empresas do setor portuário

Kátia Abreu diz que medida é positiva

Kátia Abreu contestou as lideranças portuárias. A senadora ressaltou que o artigo 175 da Constituição incumbe o poder público de explorar, mediante concessão ou permissão, e sempre por meio de licitação, a prestação de serviços públicos. Ao mesmo tempo, o inciso XII do artigo 21 dispõe que cabe à União explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, os serviços de portos marítimos, fluviais e lacustres, entre outros.

Kátia Abreu observou ainda que, se há agências reguladoras para todos os serviços públicos, não faria sentido a atividade portuária ficar submetida

às companhias das docas e a órgãos estaduais, “que são conflitantes em regras e impostos”.

A parlamentar observou que 24 tributos são pagos dentro de um porto organizado e que os preços dos produtos são pautados no exterior.

— Ninguém quer saber do custo brasileiro. Tudo é baseado em mercado. Quanto mais tributos tivermos, mais fora do mercado estaremos. O importante é fazer com que o Brasil seja competitivo — afirmou.

A senadora citou dados de um ranking internacional segundo o qual o Brasil ocupa o 130º lugar de 142 países em termos de eficiência.

Ela acentuou ainda que a crítica não se referia a trabalhadores ou empresários, mas a um “conjunto de ineficiências”.

Além da MP 595/12, Kátia Abreu defendeu a redução de tarifas e a desburocratização nos portos e dos “30 órgãos públicos” presentes no sistema.

Ela lembrou que a emenda apresentada à medida provisória prevendo a extinção do Ogmo não é de sua autoria, embora tenha questionado as lideranças portuárias sobre o funcionamento como órgão gestor.

Os representantes dos trabalhadores explicaram que a gestão de mão de obra é definida em negociações coletivas entre empregados e operadores dos portos.

O debate sobre a MP dos Portos terá continuidade hoje, com representantes dos portuários do Rio de Janeiro e do Espírito Santo. As audiências visam fornecer subsídios à comissão mista que vai emitir um parecer sobre a medida provisória. A proposta já recebeu 645 emendas e tem Eduardo Braga (PMDB-AM) como relator.



Durante o debate, a senadora Kátia Abreu sai em defesa da MP dos Portos

Paim ressalta marcha de trabalhadores

Paulo Paim (PT-RS) destacou ontem, em Plenário, a 7ª Marcha da Classe Trabalhadora, que será realizada hoje em Brasília. Segundo ele, estima-se que a mobilização reúna cerca de 50 mil trabalhadores e sindicalistas.

Entre outras reivindicações, o movimento defende redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, fim do fator previdenciário, investimento de 10% do PIB na educação, correção da tabela do Imposto de Renda, reforma agrária e igualdade de oportunidades entre homens e mulheres.



Waldemir Barreto/Agência Senado

A marcha contará com as principais centrais e federações sindicais, além de sindicatos de trabalhadores de todo o país.

— Brasília será ocupada por uma verdadeira maré social — disse Paim.

No pronunciamento, o senador também comemorou a vitória do petista Luis Lauermann, eleito prefeito de Novo Hamburgo (RS), no fim de semana, com 55,84% dos votos válidos. — É uma cidade muito importante para todo o estado, é uma referência para todos nós — afirmou.

Regulamentação do Ecad perde urgência

Por acordo de líderes, foi retirada da pauta da ordem do dia de ontem requerimento de urgência para votar a proposta que trata de gestão dos direitos autorais e regulamenta o funcionamento do Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad).

O projeto (PLS 129/12) é decorrente da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Ecad, que investigou denúncias de irregularidades praticadas pela entidade na arrecadação e distribuição de recursos vindos do direito autoral de produções musicais.

Ante a iminente rejeição do requerimento, uma vez que vários

líderes partidários anunciaram que votariam contra a urgência, Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), autor do pedido, acabou por concordar com a retirada. O parlamentar presidiu a CPI do Ecad.

A urgência para a votação da iniciativa em Plenário já havia sido aprovada em novembro de 2012, mas o projeto acabou não sendo analisado.

Com o fim da sessão legislativa de 2012, a urgência perdeu a validade.

Agora, sem urgência, o PLS 129/12 retorna para apreciação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e, em seguida, vai à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).



Alvaro disse que seu estado agradece a aprovação

Souza falou que os investimentos são necessários

Requião questionou o projeto no ano passado

Amapá recuperou a credibilidade, diz Capiberibe

Os últimos dois anos foram de recuperação financeira e de credibilidade no Amapá, afirmou João Capiberibe



(PSB-AP). Nesse período, afirmou, foi administrada uma dívida de mais de R\$ 1 bilhão.

— O estado recuperou a credibilidade que havia perdido em oito anos de um governo cujo objetivo era se locupletar com recursos públicos — afirmou, em referência à administração de Waldez Góes (2003–2010).

Outra medida da administração do atual governador, Camilo Capiberibe, que é filho do senador, é a reativação do programa Visão para Todos, que pretende atender 3 mil pessoas portadoras de catarata até o fim do ano.

Inácio pede socorro para áreas atingidas pela estiagem

Os municípios mais atingidos pela estiagem que se arrasta no Nordeste há mais de um ano precisam de ajuda, disse Inácio Arruda (PCdoB-CE).



No Ceará, onde a região do Sertão de Crateús é uma das mais atingidas, segundo o senador, a construção de uma barragem está atrasada em três anos. Inácio informou que a obra foi incluída no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em 2010, mas até agora o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs) não conseguiu licitar.

— A região de Crateús está na iminência de ter um colapso de abastecimento. É preciso mais agilidade nos empreendimentos públicos na região — disse Inácio.

Senado autoriza Paraná a contratar empréstimo de US\$ 350 milhões

Dinheiro será usado em projeto que visa modernizar a gestão pública para ampliar acesso ao desenvolvimento econômico e humano

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem, em votação simbólica, autorização para o Paraná receber empréstimo de até US\$ 350 milhões no Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), o Banco Mundial, com garantias da União. O projeto havia recebido parecer favorável da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) ontem mesmo e segue agora para promulgação.

Os recursos serão destinados ao Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná, segundo o Projeto

de Resolução do Senado (PRS) 79/12. O objetivo é modernizar a gestão do setor público para melhorar a prestação de serviços e tornar mais justo o acesso às oportunidades de desenvolvimento econômico e humano no estado. O projeto também prevê apoio aos programas de investimentos prioritários para a agenda de desenvolvimento do governo estadual.

Depois da aprovação de

ontem, Alvaro Dias (PSDB-PR) agradeceu aos colegas e disse que o Paraná também agradece a aprovação do empréstimo. Sérgio Souza (PMDB-PR) ressaltou que é importante para o estado fazer os investimentos de “que precisa e merece”.

A autorização do empréstimo chegou a entrar na pauta do Plenário em dezembro, mas acabou retirada depois de protesto de Roberto

Recursos virão do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento e terão garantia da União

Viana cita liberação de recursos para o Acre

Jorge Viana (PT-AC) citou no Plenário o recente anúncio feito pelo governador do Acre, Tião Viana, de investimentos nos próximos anos em cidades do estado no setor industrial, na geração de empregos, em melhorias urbanas, no saneamento básico e no setor florestal.

O senador informou que o governador tem percorrido os municípios do Acre para anunciar investimentos e dar fim ao “período eleitoral” — no ano passado foram realizadas eleições municipais.

— Os que ganharam a eleição agora têm de trabalhar e,

se possível, conjuntamente, porque, quando há enfrentamento entre prefeitos, governadores e governo federal, quem perde é a população. No caso do Acre, nós aprendemos há muito tempo que o melhor para a população é trabalhar sempre em uma sinergia, como eu consegui fazer — afirmou o senador, que governou o Acre por oito anos.

De acordo com ele, os recursos anunciados por Tião Viana são provenientes de um financiamento concedido ao Acre pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e

pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

— O governador Tião Viana anunciou investimento de R\$ 180 milhões para os próximos anos na região de Brasileia. São investimentos que estão diretamente vinculados à atividade produtiva e à área social. Na área produtiva, vinculados diretamente ao uso sustentável da floresta, do apoio à pequena produção, da industrialização, especificamente na área do Alto Acre — disse.

Em aparte, Sérgio Petecão (PSD-AC) informou a Jorge Viana que alguns prefeitos,



Jorge Viana explica que as verbas são provenientes do BNDES e do BID

especialmente os de cidades administradas por partidos da oposição, estão preocupados com a possibilidade de os investimentos não se realizarem, como ocorreu, segundo ele, em outras ocasiões, durante o governo atual.

Mesa do Senado Federal

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro

Segunda-secretária: Ângela Portela

Terceiro-secretário: Ciro Nogueira

Quarto-secretário: João Vicente Claudino

Suplentes de secretário:

Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burle

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Senado terá sessões para debates e votações temáticas

Projeto de resolução foi aprovado ontem pelo Plenário; objetivo é permitir que senadores se aprofundem em discussões sobre projetos que têm grande relevância e são de interesse nacional

O PLENÁRIO APROVOU ontem o projeto que cria sessões de debates temáticos no Senado (PRS 9/13). Pelo texto, redigido pela Mesa do Senado, as sessões deliberativas poderão ser transformadas em sessões para discussões e deliberações de assuntos relevantes de interesse nacional, incluindo a possibilidade de realização de ordem do dia temática.

Designado como relator ad hoc, Romero Jucá (PMDB-RR) deu parecer favorável à aprovação do projeto.

De acordo com o texto, as sessões temáticas podem ser propostas pelo presidente do Senado, por um terço dos senadores ou por líderes que representem um terço dos senadores.

Pedro Simon (PMDB-RS), Wellington Dias (PT-PI), Randalfe Rodrigues (PSOL-AP) e Eduardo Lopes (PRB-RJ)



Senadores durante votação: Plenário terá sessões para discussões temáticas

elogiaram a iniciativa.

— Há matérias da maior importância, e a gente termina votando correndo, pedindo que as pessoas não falem porque tem que acabar. É ridículo. Essa é uma medida que eu felicito. É um bom início para uma reforma que vamos ter que fazer para conviver melhor nesta Casa — disse Simon, destacando críticas feitas à falta de debates no Congresso.

Randalfe manifestou a

expectativa de que sejam discutidos temas fundamentais da agenda nacional e sugeriu o início das discussões pelos novos critérios do Fundo de Participação dos Estados (FPE).

Alvaro Dias (PSDB-PR) alertou para a necessidade de decidir se as sessões serão consideradas no limite de faltas dos senadores e se poderão ser realizadas reuniões de comissões permanentes no mesmo horário.

Waldemir Barreto/Agência Senado

Confirmado R\$ 1,6 bilhão para financiamento estudantil

Em votação simbólica, o Senado aprovou ontem a Medida Provisória (MP) 588/12, que abriu créditos extraordinários de mais de R\$ 1,6 bilhão para o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies), gerido pelo Ministério da Educação. O fundo financia a graduação de universitários avaliados positivamente pelo ministério.

A ministra do Planejamento, Miriam Belchior, disse que os recursos proporcionam a renovação de contratos formalizados até 2011. Ela salientou a importância

do Fies como instrumento de ampliação do acesso de jovens ao ensino superior e o aumento da demanda nos últimos anos.

A MP já havia sido aprovada na Câmara. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) argumentou que a urgência se justificava na época em que tramitava no Congresso o PL 15/12, relativo às mesmas despesas mencionadas na MP. Mas como o projeto de lei em questão já foi aprovado e sancionado, disse Aloysio, a MP constitui um “caso típico, clássico, de prejudicialidade”.

Proposta amplia estímulo para doações a projetos esportivos

Foi aprovada ontem pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) proposta de Fernando Collor (PTB-AL) que incentiva patrocínio ou doação a projetos esportivos e paradesportivos. O texto segue para votação final na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Segundo o projeto (PLS 160/12), o limite da dedução para pessoas jurídicas passará de 1% para 4% do imposto devido. Para pessoas físicas, a proposta mantém o limite de 6% do imposto devido, mas acaba com a competição com as demais doações. Isto é, deduções referentes a doações ao esporte não precisarão ser somadas a contribuições para conselhos da criança e do adolescente e a incentivos à cultura e atividades audiovisuais.

Para Collor, o país precisa aumentar investimentos em



Collor defende mais investimentos em esportes para formar atletas

esportes para desenvolver uma base de atletas capaz de melhorar a participação brasileira em grandes eventos, como os Jogos Olímpicos. Além de investimentos em infraestrutura para os jogos, ele defende recursos para formação melhor dos atletas.

O relator, José Agripino (DEM-RN), apresentou voto favorável ao texto, com uma emenda de redação.

Ministros da Educação, Cultura e Esporte falarão em audiência

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) realizará audiências públicas com os ministros da Educação, Aloysio Mercadante, da Cultura, Marta Suplicy, e do Esporte, Aldo Rebelo, para tratar das diretrizes e prioridades das pastas.

Autor do requerimento dos debates, o presidente da CE, Cyro Miranda (PSDB-GO), explicou que os ministros serão ouvidos em audiências separadas, para que cada um tenha tempo suficiente para explicar os programas e debater com os senadores.

Ana Amélia (PP-RS), que também assina o requerimento, frisou a importância

dos debates para a composição do conjunto de temas em foco na comissão.

— Os debates são bem-vindos para que possamos nortear a pauta de assuntos prioritários para a agenda de 2013 — afirmou a senadora, vice-presidente da CE.

Conforme informações de Cyro Miranda, o ministro Mercadante deverá ser o primeiro a ser ouvido, em data ainda a ser marcada.

Outros itens na pauta da CE não foram votados ontem, como a proposta que torna obrigatória a divulgação de projetos de conclusão de curso, para evitar plágio e venda de monografias.



Militantes fazem campanha por candidato a prefeito na Paraíba: projeto de lei cria Fundo Republicano de Campanha

Texto cria regra para doação eleitoral

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou a criação do Fundo Republicano de Campanha e a alteração nas regras sobre doações de pessoas físicas e jurídicas a candidatos. Segundo o projeto (PLS 140/12), o candidato que receber uma contribuição financeira terá de repassar 45% para esse fundo, que custeará a campanha de todos os demais registrados no pleito.

De Cristovam Buarque (PDT-

DF), o projeto recebeu votos contrários de Alvaro Dias (PSDB-PR) e Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), que temem desestímulo às doações aos candidatos. O presidente da CAE, Lindbergh Farias (PT-RJ), manifestou preocupação quanto à possibilidade de favorecer a prática de caixa dois.

Eduardo Suplicy (PT-SP) destacou a obrigação, prevista no projeto, de divulgar na internet relatório com as doações e os

respectivos doadores.

O projeto original de Cristovam obrigava a divisão em três partes iguais, em favor do candidato, do partido e do Fundo Republicano de Campanha. A repartição aprovada pela CAE — de 55% para o candidato e de 45% para esse fundo — baseou-se num substitutivo do relator, Sérgio Souza (PMDB-PR).

O PLS 140/12 será votado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Presença de Dilma em convenção reafirma aliança PT-PMDB, diz Raupp

Valdir Raupp (PMDB-RO) falou sobre a convenção nacional do PMDB, realizada no último sábado, em Brasília. Os peemedebistas reconduziram Michel Temer e Raupp, respectivamente, aos cargos de presidente e vice-presidente do partido. O evento contou com mais de mil filiados.

— Uma convenção que há muito tempo não era tão movimentada. Do Rio Grande do

Sul ao Rio Grande do Norte, do leste ao oeste, do norte ao sul, o país unido em torno da convenção nacional — afirmou.

O senador disse que a presença da presidente Dilma Rousseff no evento reafirmou a parceria do PMDB com o PT.

— Ela fez um maravilhoso discurso, de aproximação cada vez maior, desejando vida longa à aliança do PMDB



Valdir Raupp cita convenção do PMDB, realizada na semana passada

com o PT a nível nacional. É uma aliança que tem dado certo para o Brasil.

Waldemir Barreto/Agência Senado

Comissão aprova parque ecológico no Paraná

Objetivo é proteger uma das principais áreas onde aves criam ninhos no Brasil e no Atlântico Sul, com ambiente propício à caça submarina, mergulho e pesquisas científicas sobre o meio ambiente

O PROJETO DE lei que cria o Parque Nacional Marinho das Ilhas dos Currais, no Paraná, foi aprovado ontem pela Comissão de Meio Ambiente (CMA). Originário da Câmara, o PLC 60/03 tem o objetivo de proteger as áreas onde as espécies de aves criam os ninhos e o habitat de espécies marinhas das ilhas e entornos.

O projeto, que já havia sido aprovado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), agora segue para votação no Plenário do Senado. O relator do projeto na CMA, Cristovam Buarque (PDT-DF), disse que a área, pertencente à União, é formada por costões de rochas e pedras que afloram do mar, com rica vida marinha, oferecendo excelentes locais para pesquisa científica.

— A criação dessa unidade permitirá aliar a preservação de um recurso faunístico ímpar às práticas de mergulho

e de visitação restritas a determinadas áreas, com incremento do turismo ecológico na região — disse o senador.

Segundo Cristovam, embora a costa brasileira seja extensa e com uma biodiversidade importante, poucas áreas marinhas têm recebido garantias adequadas de proteção.

— A título de exemplo, no plano federal, na categoria definida como Parna, podemos citar apenas o Parque Nacional Marinho dos Abrolhos (BA) e o Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha (PE).

Pesquisas

De acordo com o autor do projeto, o ex-deputado Luciano Pizzatto, as Ilhas dos Currais são um dos principais pontos onde aves criam ninhos no Brasil e no Atlântico Sul. Segundo ele, vivem ali mais de 8 mil aves, e as ilhas não têm praias, apenas costões de

rochas. Na área — com águas límpidas e propícias à caça submarina e ao mergulho —, há pesquisas do Centro de Estudos do Mar, da Universidade Federal do Paraná.

A ameaça às Ilhas dos Currais, devido ao aumento das atividades de pesca, foi uma das motivações para a ideia do projeto, que transforma a região em parque nacional. A nova classificação da área vai permitir a proteção e o controle dos ecossistemas das Ilhas dos Currais.

Também foi aprovado ontem requerimento de Sérgio Souza (PMDB-PR) para que o ministro do Esporte, Aldo Rebelo, informe à CMA se cumpriu as solicitações do Tribunal de Contas da União (TCU) estabelecidas no Acórdão 563/12, que trata da fiscalização das atividades de gerenciamento das ações relativas à Copa do Mundo de 2014.



O ambiente das Ilhas dos Currais pode receber garantias mais adequadas de proteção da biodiversidade atual

Congresso deve vigiar execução do Código Florestal, dizem senadores

Os senadores da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) pediram ao Congresso Nacional que acompanhe a implementação do Código Florestal, para que a lei não fique apenas no papel.

O presidente da comissão, Blairo Maggi (PR-MT), afirmou ser importante dirimir as dúvidas, para que os setores produtivos possam aderir às regras, questionadas por ações judiciais.

Jorge Viana (PT-AC) sugeriu que seja feito um calendário de

acompanhamento da implementação do código.

— Se nós não implementarmos esse código, se o Cadastro Ambiental Rural não virar uma realidade imediatamente e se os estados, os municípios e a União não se envolverem na implementação dessa lei, ela pode correr o risco de virar mais uma lei que não saiu do papel. E isso, esta comissão não pode permitir — disse Viana.

Para Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), implementar o código é um grande desafio na agenda ambiental.



Ao lado de Rollemberg (E), Blairo diz ser importante dirimir dúvidas sobre a lei

Cícero adverte para fracasso da Política de Resíduos Sólidos

Cícero Lucena (PSDB-PB) fez um alerta, ontem, para o fracasso da Lei 12.305/10, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

O senador lembrou que os prazos para que estados e municípios apresentassem planos de gestão de resíduos a fim de receberem recursos da União para o setor venceram em agosto de 2012. Até o final do ano, contudo, pouco mais de 560 municípios haviam cumprido a tarefa.

Para ele, o sucesso dessa política é essencial ao “futuro do país”. Ele acrescentou que o Ministério do Meio Ambiente admite a falência da lei e já prepara um projeto para alterar o prazo final de implantação.

Waldeir Barreto/Agência Senado



Márcio Kalume/Agência Senado

Vanessa Grazziotin e Sarney Filho, presidente e relator: ciclo de debates

Senadores e deputados definem agenda ambiental

A Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas debateu ontem o plano de trabalho para 2013, elaborado pelo relator, deputado Sarney Filho (PV-MA). O plano prevê a realização de audiências públicas, a participação em fóruns internacionais e o levantamento de projetos de lei relativos às mudanças climáticas em andamento no Congresso Nacional.

Ao longo da semana, os integrantes da comissão vão apresentar sugestões ao plano de trabalho, que será consolidado pelo relator e submetido a votação na próxima reunião, marcada para terça-feira.

Na mesma data, será realizada a primeira das 13 audiências públicas propostas por Sarney Filho. “Valoração dos serviços ecossistêmicos como política para adaptação e mitigação em mudanças climáticas” foi o tema escolhido para a abertura da série de debates.

O evento vai acontecer em Brasília, com representantes do Ministério do Meio Ambiente, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e da ONG Conservação Internacional, além do deputado federal Arnaldo Jardim (PPS-SP), relator do PL 792/07, que define e remunera a produção ou conservação de serviços ambientais.

Sugestões

Após a apresentação do plano de trabalho, o vice-presidente da comissão, deputado federal Fernando Ferro (PT-PE), abriu a etapa de sugestões ao documento.

Uma das propostas de Ferro foi aproveitar a celebração do Dia da Caatinga, em 28 de abril, para debater a questão do semiárido. O tema deve ser inserido em

audiência a se realizar em Salvador ou Recife sobre a desertificação, a segurança hídrica e o potencial nordestino para geração de energia eólica e solar.

Ao lado do deputado federal Alfredo Sirkis (PV-RJ), Ferro defendeu uma análise mais aprofundada da resolução da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) que regula a geração de energia por fontes alternativas. Ambos são favoráveis à regulamentação do assunto por meio de projeto de lei.

Eventos

A sugestão apresentada pela presidente da comissão, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), vai na linha de preparação para a 19ª Conferência das Partes (COP) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, agendada para novembro em Varsóvia, na Polônia. A senadora propôs um seminário focado nas políticas de enfrentamento

das mudanças climáticas em curso nas Américas.

Antes disso, em maio, o deputado federal Glauber Braga (PSB-RJ) sugeriu a participação da comissão no encontro da plataforma global de redução do risco de desastre, a se realizar em Genebra, na Suíça.

Por fim, Vanessa leu requerimento de Cristovam Buarque (PDT-DF), a ser votado na próxima semana, de realização de audiência pública sobre o envolvimento e a participação de instituições educacionais na formação de uma consciência ambientalmente sustentável e socialmente inclusiva. O evento poderá acontecer no dia 19 de março, por ocasião das comemorações do Dia Nacional das Mudanças Climáticas (16 de março).

Comissão mista realizará audiências e participará de eventos internacionais